


WEBJORNALISMO ALTERNATIVO, DIREITOS HUMANOS E DECOLONIALIDADE: aproximações teóricas para pensar perspectivas inovadoras de produção e circulação de conteúdos jornalísticos

ALTERNATIVE WEB JOURNALISM, HUMAN RIGHTS AND DECOLONIALITY: theoretical approaches to think about innovative perspectives for the production and circulation of journalistic content
WEBJORNALISMO ALTERNATIVO, DERECHOS HUMANOS Y DECOLONIALIDADE: aproximações teóricas para pensar perspectivas inovadoras de producción y circulación de conteúdos jornalísticos


Luan Matheus dos Santos Santana

Jornalista, doutorando em Comunicação pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação Social da UFC (PPGCOM-UFC).
LUAMMATHEUS@GMAIL.COM

 0000-0001-7829-5951

Juliana Fernandes Teixeira

Doutora em Comunicação e Cultura Contemporânea pela Universidade Federal da Bahia (Salvador/Brasil) e em Ciências da Comunicação pela Universidade da Beira Interior (Covilhã/Portugal)
teixeira.juliana.rj@gmail.com

 0000-0002-0631-7194

Recebido em: 23.02.2023.

Aceito em: 30.04.2023.

Publicado em: 16.05.2023.

RESUMO: Este artigo propõe-se a articular ideias e reflexões teóricas que, mesmo alocadas no campo das ciências humanas e sociais, ainda se encontravam distantes de um entrecruzamento com o campo específico da comunicação, em especial, do webjornalismo alternativo. Nesse sentido alinhamos três conceitos (jornalismo alternativo, teoria crítica dos direitos humanos e decolonialidade) com o objetivo de traçar um caminho teórico epistemológico capaz de oferecer subsídios para se pensar e pesquisar perspectivas inovadoras de produção e circulação de conteúdos jornalísticos alternativos. Apresentamos assim os pontos de conexão entre esses conceitos, que se configuram como elementos de complementaridade para refletir essas práticas em sua pluralidade, desde os aspectos históricos, políticos e sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Jornalismo alternativo; Direitos humanos; Decolonialidades; Inovação.

Introdução

Os estudos acerca da produção e circulação de conteúdos alternativos, sobretudo na internet, passam, quase que inevitavelmente, pelas linhas teóricas mais inovadoras. Uma inovação que, por um lado, não está necessariamente ligada aos avanços das tecnologias da comunicação e informação e, por outro lado, está relacionada a novas formas de produção que desafiam lógicas hegemônicas. Nesse sentido, enquanto inovadoras, propomos aqui as perspectivas que propõem rupturas nas discussões realizadas a respeito de culturas e povos subalternizados ao longo dos séculos, como os estudos decoloniais, um dos focos da presente pesquisa.

Em acordo com Nascimento (2018), apontamos para o fato de que as discussões científicas ainda são fortemente marcadas pelo positivismo (e suas conseqüentes reivindicações de uma suposta neutralidade e universalidade), contribuindo para uma

manutenção de perspectivas alinhadas às lógicas hegemônicas do capitalismo contemporâneo.

Diante desse contexto, articular perspectivas teóricas distintas nos aproxima de uma possibilidade de compreensão de fenômenos contemporâneos do jornalismo alternativo, na medida em que amplia nossos campos de percepção e inovações. Segundo Cruz (2017), essa iniciativa pode se tornar uma opção para uma experiência de jornalismo desvinculada (ainda que apenas em uma certa medida) de aparatos de controle hegemônicos. "Uma ação que engendra linguagem, técnica e prática de uma outra vivência dentro da comunicação, com formação múltipla de se tornar narrador absorvendo estigmas e padrões comportamentais desde seu local, desde a diferença colonial" (Cruz, 2017).

O presente artigo apresenta uma proposta de aproximações teóricas entre Jornalismo Alternativo, a Teoria Crítica dos Direitos Humanos e o pensamento decolonial. Nosso objetivo aqui é, portanto, investigar se e como essas aproximações podem oferecer caminhos para que sejam pensadas e implementadas perspectivas inovadoras para a produção de um jornalismo menos desigual no contexto atual.

Metodologicamente, essa é uma pesquisa que se estabelece estritamente no campo teórico, todavia parte de observações de fenômenos empíricos e busca, no entrecruzamento dessas reflexões, apresentar fundamentações que possam servir de subsídio para pesquisas futuras no campo do webjornalismo alternativo e comunicação decolonial. Entendemos, concordando com Pedro Demo (2000), que a pesquisa teórica é "dedicada a reconstruir teoria, conceitos, idéias, ideologias, polêmicas, tendo em vista, em termos imediatos, aprimorar fundamentos teóricos" (Demo, 2000, p. 20). Assim, aqui não apresentamos uma intervenção direta na realidade, mas sim caminhos possíveis (um caminho a mais dentre tantos) para intervenções outras nesse campo.

Para isso, no primeiro tópico do texto, abordamos o conceito de inovação e de que modo ela vem sendo incorporada aos processos e produtos jornalísticos. Em seguida, realizamos uma reflexão sobre as aproximações potencialmente inovadoras entre jornalismo alternativo, teoria crítica dos direitos humanos e pensamento decolonial, recorrendo, sobretudo, à revisão bibliográfica das obras de Peruzzo (2017), Freire (1987), Kaplún (1985), Flores (2009), Quijano (2000), Villanueva (2017), Torre (2018), Mignolo (2017), Silva (2017), Palácios, Barbosa, Firmino e Cunha (2015).

Se existe um consenso no que diz respeito à ideia de inovação é o de que é muito difícil defini-la e quantificá-la. Conforme ressaltam Palácios, Barbosa, Firmino e Cunha (2015), assim como ocorre com a questão da qualidade, ao abordarmos a inovação, somos confrontados com uma enorme e complexa variedade de tipologias, indicadores e escalas de mensuração, além de uma literatura vasta e de diferentes áreas de conhecimento.

Além disso, as dificuldades se acrescentam uma vez que muitos estudos acerca da inovação mantêm-se restritos a âmbitos demasiadamente específicos de aplicação. No limite extremo temos simplesmente o abandono de qualquer tentativa de definição ou circunscrição do conceito pois, segundo levantamento realizado por Grubenmann (2013), raros são os autores que explicitam o que compreendem por inovação quando abordam o assunto em alguma publicação científica. Esse cenário acaba por perpetuar as dificuldades e inconsistências relativas ao conceito, gerando, por conseguinte, sobreposições e redundâncias e comprometendo a construção de tipologias e definições mais consensuais.

Fernandes e Silva (2019) nos lembram que no século passado, a inovação foi inserida na sociedade dentro do imaginário do progresso, ou seja, estava diretamente associada ao aumento da eficácia e da produtividade, onde passou a ser entendida enquanto útil para a produção de um melhor rumo para as coisas. A inovação, neste contexto, foi aparato instrumental de mudanças profundas e permanentes que produziam avanço e progresso (Fernandes & Silva, 2019, p. 19).

Assim, seu conceito ganha força junto ao desenvolvimento tecnológico, alinhando-se ainda mais a ideia de “ação útil”, ou seja, uma invenção ou descoberta que pudesse ser aplicada e comercializada. A pose das inovações, via de regra, estava reservada a uma aristocracia intelectual ou a técnicos com conhecimentos científicos especializados (Fernandes & Silva, 2019). Um cenário que conduziu à seguinte configuração:

A inovação se configura instrumento de poder, constituindo-se ferramenta de prestígio social, poder político e econômico. Ao ingressar nas políticas públicas e nas agendas de governos, torna-se instrumento de competitividade industrial, poder militar e político, e de soberania nacional; para grandes empresas, inovação significa também vantagem competitiva no âmbito do mercado (Fernandes & Silva, 2019, p. 22).

Esses aspectos históricos, ainda que resumidos, denotam as dimensões econômicas aos quais esse conceito foi sendo trabalhado ao longo da história. Entretanto, e justamente em função desse panorama tão complexo, buscamos aqui

delimitar o que compreendemos como inovação alinhada a uma perspectiva decolonial, ainda que sem a mínima pretensão de esgotar um assunto de tal magnitude ou mesmo propor conceitos definitivos que ajustem as muitas arestas desse âmbito de discussão.

Assim, nosso ponto de conexão para este trabalho (não poderíamos dizer ponto de partida, já que se trata de uma pesquisa decolonial que sugere mais uma circularidade ou um ponto de mutação do que o “já visto e já dado” do que propriamente uma partida, então dizemos conexão, pois é o ponto que nos leva a outros) começa em acordo com Rogers (1983), considerando a inovação enquanto uma ideia, prática ou objeto percebido como novo. Em outras palavras: o que importa de maneira determinante é a percepção da novidade pelo indivíduo, independente do lapso de tempo entre essa percepção e o primeiro uso ou descoberta da inovação. Assim, a inovação, no sentido que pretendemos dar ao termo em nossos estudos não envolve (necessariamente) grandes rupturas ou descontinuidades. Conforme sugerem Palacios, Barbosa, Firmino e Cunha (2015, p. 14):

A inovação não implica necessariamente em rupturas ou bruscas descontinuidades, embora tais eventos possam ocorrer. Em alguns casos, ela pode apresentar-se sob a forma de sucessivas ondas de mudanças e upgrades que funcionam como um contínuo e gradual desenvolvimento de um produto ou de métodos de produção.

Além disso, é importante considerar que o desenvolvimento das tecnologias digitais de comunicação tem sido uma combinação entre inovações em diferentes segmentos, como os produtos, os processos, o mercado e as formas de uso (Steinbock, 2005; Tourinho, 2010). No campo específico da internet, sobretudo no webjornalismo, essa realidade não é distinta, demandando um tratamento diferenciado para os conteúdos comunicacionais (Cabrera González; Bernal Triviño, 2011; Gonçalves, 2009).

Porém, cabe ressaltar que as atuais inovações alternam períodos de inovação com de depressão (FLING, 2009). O desafio, portanto, não é apenas tecnológico, mas está, sobretudo, nas potencialidades de apropriação e incorporação das inovações nos conteúdos produzidos para o meio digital (Cebrián Herreros, 2003; López, 2006). Afinal, de acordo com Grubenmann (2013), o progresso exponencial do digital desencadeou processos de mudança em todos os sistemas sociais, com o sistema dos meios de comunicação sendo um dos mais afetados. Para continuar a cumprir as suas funções de efetivamente informar, comentar e entreter diante das possibilidades do contexto digital, o webjornalismo precisa, portanto, percorrer caminhos inovadores (Rusch, 2010).

Diante desse panorama, fica evidente, em acordo com Rossetti (2013), a necessidade e a relevância de que a inovação seja discutida de modo crescente no meio

acadêmico-científico, em diferentes áreas do conhecimento, inclusive no âmbito da Comunicação e do Jornalismo, conforme propomos no presente artigo. Essa abordagem permite uma observação do processo de inovação em um escopo mais amplo e completo, que se inicia com a identificação de uma problemática, gera uma pesquisa e desenvolvimento de uma possível solução, podendo culminar com a difusão de mudanças nos produtos e processos jornalísticos (Rogers, 1983).

A partir da concepção de inovação exposta até aqui, consideramos a inovação, tanto o efeito, quanto o ato de inovar. Ou seja, de acordo com Rossetti (2013), a inovação é, nessa pesquisa, pensada como substantivo (o novo) e como verbo (inovar). O novo, todavia, não precisa ser algo nunca visto. Ele pode ser também algo visto por outras perspectivas. Inovar também é ver com outros olhos, se contrapor aos discursos dominantes, mesmo que sem romper em definitivo com suas lógicas hegemônicas (Fernandes & Silva, 2019). Isso porque, conforme Silva (2016), uma sociedade funciona através de suas instituições e instituições hegemônicas moldam culturas hegemônicas difíceis de serem quebradas, a exemplo da forma como o colonialismo excluiu a ética dos processos de inovação para criar (e desenvolver) um modelo universal de sociedade capitalista ideal para ocidentalizar o mundo (Silva, 2017).

Só instituições contra hegemônicas, éticas, podem parir uma ordem cultural 'outra', prenhe de indignação e esperança, as parceiras de uma sociedade outra, cuja visão de mundo é radicalmente diferente da anterior, com implicações emancipatórias para seus sistemas de educação, comunicação, cooperação, pesquisa, extensão, enfim, inovação (Silva, 2017, p. 355).

Assim, para se obter conteúdos noticiosos inovadores, parece claro que o caminho seria o desenvolvimento de uma nova cultura profissional para os jornalistas, de modo a estimular uma mentalidade que subverta os valores estabelecidos pelos meios de comunicação tradicionais. Isso, contudo, não é uma tarefa simples, até porque a diversidade não costuma ser apreciada na prática jornalística. Embora existam cada vez mais experiências fora das mídias convencionais ou até mesmo fora do que é tradicionalmente visto como jornalismo (Gynnild, 2014), os meios de comunicação alternativos, em geral, são ignorados ou preteridos. "O jornalismo parece ignorar ou depreciar o que poderia ser a sua mais valiosa semente para a mudança" (Schudson, 1998, p. 31). Como propõe Jenkins (2008, p. 326):

O poder da mídia alternativa é que ela diversifica; o poder da mídia de radiodifusão é que ela amplifica. É por isso que devemos nos preocupar

com o fluxo entre as duas: expandir os potenciais para a participação representa a maior oportunidade para a diversidade cultural.

Cabe, portanto, à Universidade promover pesquisas nesse sentido e propor transformações, alguns dos desafios da pesquisa que aqui se propõe. Em acordo com Bolaño e Brittos (2007, p. 293), torna-se cada vez mais essencial “pensar de maneira articulada às políticas de comunicação, informatização, educação, ciência-tecnologia e cultura, visando à preservação e desenvolvimento da diversidade”. É fundamental reunir esforços para fazer com que as inovações representam, acima de tudo, uma redução das desigualdades em todas as esferas em que se inserem, questão que abordamos no tópico que se segue.

2. Aproximações entre jornalismo alternativo, Teoria Crítica dos Direitos Humanos e pensamento decolonial

O conceito de Jornalismo Alternativo, em primeiro lugar, é trabalhado na presente pesquisa a partir das ideias de Cicília Peruzzo (2017), Paulo Freire (1987) e Kaplún (1985), alinhando suas reflexões a de outros autores brasileiros e latino-americanos. Pode ser caracterizado como todo meio que, diante de um contexto caracterizado pela existência de setores privilegiados que detêm o poder, adotam uma posição de resistência e de embate ao discurso dominante. Para Peruzzo, historicamente a posição político-ideológica desse tipo de comunicação no Brasil é de caráter contestador ao status quo e serve como canal de expressão de setores subalternos organizados da população com vistas a obter respostas para suas demandas (Peruzzo, 2017).

Portanto, quando falamos em Jornalismo Alternativo estamos falando de modos plurais de fazer comunicação que, pela sua característica mais de geral ligada à ideia de transformação social, se aproxima conceitualmente (e também nas ações práticas - produtos e processos) da ideia de comunicação comunitária e popular. Poderíamos ir além, ao propor uma outra aproximação conceitual, com a ideia de comunicação contra-hegemônica, na medida em que os motivos que levam ao surgimento e a ação dessas mídias alternativas, populares ou comunitárias parecem estar organicamente mais próximo de uma luta por uma contra-hegemonia, de uma batalha pela obtenção de um novo consenso, mais favorável às classes subalternas, de onde vêm esses atores sociais coletivos (Malerba, 2014, p. 9).¹

¹ Esse, porém, não é o foco do presente artigo, já que a questão da hegemonia e da contra-hegemonia já foi trabalhada em artigos anteriores relacionados à presente pesquisa.

É, portanto, um espaço de coletividade, de horizontalidade e do diálogo. Paulo Freire (1987), embora não tenha se dedicado a pensar uma teoria da comunicação, é quem melhor nos ajuda a compreender o pilar que sustenta esses modos de fazer comunicação.

Expressar-se, expressando o mundo, implica o comunicar-se. A partir da intersubjetividade originária, poderíamos dizer que a palavra, mais que instrumento, é origem da comunicação – a palavra é essencialmente diálogo. A palavra abre a consciência para o mundo comum das consciências, em diálogo portanto. Nessa linha de entendimento, a expressão do mundo consubstancia-se em elaboração do mundo e a comunicação em colaboração (Freire, 1987, p. 13).

Em “Pedagogia do Oprimido”, Freire propõe um modelo educacional que tem no diálogo seu elemento chave. Um modelo que é centrado nas pessoas e com ênfase no processo. Sua origem, embora somado à aportes pedagógicos e sociológicos europeus e norte-americanos, vem da América Latina. Apresenta uma educação para a libertação dos setores oprimidos e subalternizados.

Esse modelo de educação busca formar as pessoas para que eles sejam capazes de transformar sua realidade. Não mais o professor para o aluno ou um aluno para um professor, mas sim um educador-educando para um educando-educador (Freire, 1987). Dessa forma, Freire acreditava que todos (professores e estudantes) eram partes complementares de um amplo processo de construção do conhecimento, que dava de forma horizontal e coletiva. Forma-se assim um modelo de educação crítico, problematizador, consciente e baseado na participação ativa dos sujeitos - educadores e educandos - no processo educativo.

Conduzido por esse pensamento, Kaplún (1985) reflete sobre uma comunicação centrada nas pessoas, portanto, uma comunicação do diálogo e da transformação. Para ele, a comunicação popular (aqui também podemos dizer alternativa) só faz sentido por meio do diálogo, da horizontalidade e coletividade.

Se, diante do que foi posto até aqui, compreendemos que o Jornalismo Alternativo se faz no interior dos setores oprimidos e subalternizados a partir de suas demandas específicas e ideias gerais de transformação social, abre-se um caminho, então, para dialogar em torno de uma proposta de aproximação conceitual com a Teoria Crítica dos Direitos Humanos, compreendida como um processo que é construído a partir das lutas de setores oprimidos e subalternizados (Herrera Flores, 2009).

Para Herrera Flores (2009), a definição de Direitos Humanos tem a dignidade humana como premissa central, assim como todos os que são vítimas de violações ou

dos que são excluídos sistematicamente dos processos e dos espaços de posituação. Nessa perspectiva, os direitos humanos não se confundem com leis, pactos e declarações internacionais, ao contrário, se caracterizam como objeto que as normas internacionais pretendem regular (Herrera Flores, 2009, p. 18).

O objetivo, portanto, é adequar as discussões sobre os direitos humanos ao contexto contemporâneo, entendendo-o como algo diferente daquilo que se expressa na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. Herrera Flores (2009) propõe pensar os direitos humanos por fora das imposições do colonialismo, buscando respostas nos setores periféricos e subalternizados, em geral, os que mais sofrem com as violações desses direitos.

Uma teoria crítica do direito deve se sustentar, então, sobre dois pilares: o reforço das garantias formais reconhecidas juridicamente, mas, igualmente, o empoderamento dos grupos mais desfavorecidos ao lutar por novas formas, mais igualitárias e generalizadoras, de acesso aos bens protegidos pelo direito (Herrera Flores, 2009, p. 59).

Assim, o Jornalismo Alternativo, ao empoderar e responder às necessidades de grupos oprimidos e subalternizados pode ser entendido como parte daquilo que Herrera Flores (2017) caracterizou como “lutas que os seres humanos colocam em prática para ter acesso aos bens necessários para a vida” (Herrera Flores, 2009, p. 28).

Pensar o Direito Humano à Comunicação a partir das comunidades, dos povos periféricos e subalternos é uma opção teórico-prática que nos aproxima tanto da Teoria Crítica dos Direitos Humanos quanto do pensamento descolonial, na busca por uma nova perspectiva distante das imposições colonialistas (Herrera Flores, 2009).

[...] a emergência de uma concepção crítica de direitos humanos representa um movimento importante de abertura do campo jurídico às problematizações políticas e sociais advindas desse contexto contraditório e ainda distantes dos marcos normativos, na medida em que o conhecimento e a prática jurídicos necessitam oferecer respostas aos conflitos sócio-políticos ainda latentes na América Latina e no mundo (Castilho, 2013, p. 179).

A teoria crítica e a proposta de Reinvenção dos Direitos Humanos de Herrera Flores (2009) mesclam elementos da perspectiva decolonial e do pensamento crítico dos direitos humanos (Castilho, 2013). Gándara Carballido (2013), ao analisar a obra de Herrera Flores (2009) sob uma ótica decolonial, defende que o autor estabelece sua narrativa a partir dos sujeitos oprimidos e da crítica à dimensão colonialista da modernidade, o que faz com que ele amplie seu horizonte emancipatório.

Aqui, compreendemos o pensamento decolonial como um lugar de ruptura, todavia, essa ruptura não fala necessariamente sobre negação. Balestrin (2013) ao falar do giro decolonial, afirma que o processo de decolonização não deve ser confundido com a rejeição daquilo que foi ou é produzido no Norte global (em geral, os colonizadores), nem como uma aceitação única daquilo que é produzido no Sul (em geral, os colonizados).

Ainda vivemos numa época de fortes algemas teóricas, imputadas por ideologias históricas, sob as quais se fundamentam as principais escolas científicas, voltadas quase que unicamente às teorias nortenhas, de “países desenvolvidos” – sob a ótica dos indicadores internacionais. Há ignorância e desrespeito em relação a outros conhecimentos e, conseqüentemente, um estreitamento das pesquisas científicas (Torre, 2018).

Mignolo (2017) nos lembra que a “colonialidade” é um conceito que foi introduzido pelo sociólogo peruano Aníbal Quijano, no final dos anos 1980, portanto um campo ainda muito recente dos estudos sociais. As opções descoloniais são um inexorável esforço analítico para entender, com o intuito de superar, a lógica da colonialidade por trás da retórica da modernidade (Mignolo, 2017, p. 6).

Desse modo, o pensamento descolonial perpassa o processo da colonização no sentido de superar as marcas históricas e culturais que os colonizadores impuseram e que ainda permanecem nos países frutos de processos de colonização. Nesse sentido, o pensamento descolonial não assume um direcionamento único, pelo contrário, busca apresentar uma diversidade epistemológica historicamente silenciada.

Portanto, na comunicação, o pensamento decolonial nos ajuda a traçar um caminho que, ao mesmo, se desprenda das amarras teóricas e formatos pré-moldados, bem como possa diversificar as perspectivas, refazer, recriar, repensar os modos de fazer comunicação e jornalismo. Mas esse re-fazer não deve ser vazio de propósito, ao contrário, precisa almejar um horizonte emancipatório. Aquilo que Villanueva (2017) chama de sentido último da decolonização comunicacional: a re-humanização, ou seja, resgatar na prática e no sentido mais amplo sua dimensão dialógica, democratizante e humanizadora, uma vez que sua realização concreta continua a se basear na imposição e nas assimetrias (Villanueva, 2017, p. 32).

3. Considerações finais

Neste artigo estamos propondo pensar o Jornalismo Alternativo a partir de uma aproximação com a Teoria Crítica dos Direitos Humanos e dentro da perspectiva epistemológica do pensamento decolonial, que nasce a partir de uma ruptura com o que hegemonicamente se construiu sobre ciência e racionalidade.

O que foi dito e refletido até aqui conduzem os processos e práticas de jornalismo alternativo para uma encruzilhada², onde novas possibilidades de ser e fazer comunicação se encontram e se desdobram em outras possibilidades. Portanto, gerando processos inovadores (Fernandes & Silva, 2019; Silva, 2017) em seus produtos e processos jornalísticos

Se o jornalismo alternativo, conforme preconizado por Peruzzo (2017) está fortemente relacionado à ideia de comunicação popular (aqui debatidas com Freire e Kaplún) e executado diretamente pelas camadas populares e subalternizadas da sociedade, acreditamos que sua prática se configura como um espaço de resistência em busca daquilo que Herrera Flores (2009) chama de luta pela dignidade humana e representando assim a essência do que ele defende por direitos humanos.

Os produtos desenvolvidos pelas experiências em jornalismo alternativo, têm como objetivo, primeiramente, a luta pela sobrevivência e denúncias das injustiças e desigualdades. Todavia, ao mesmo tempo em que fazem isso, essas iniciativas acabam gerando novos modos de ser e de fazer comunicação, onde diálogo (Freire, 1987) e a coletividade (Peruzzo, 2017) assumem um papel fundamental.

Portanto, as práticas em jornalismo alternativo podem se caracterizar como práticas reais dos direitos humanos. Assim, consideramos que é dentro da luta pela sobrevivência, dignidade e direitos que se cruzam os pontos de conexão entre jornalismo alternativo e a teoria crítica dos direitos humanos.

Tanto o jornalismo alternativo quanto a teoria crítica dos direitos humanos trazem para o centro de suas práticas (teóricas ou sociais) os sujeitos subalternizados, historicamente invisibilizados e excluídos dos espaços de disputa do “direito” e de produção de conteúdo jornalísticos. Essa invisibilização, todavia, não pode ser pensada fora dos processos históricos e sociais ou daquilo que se convencionou chamar de desenvolvimento/globalização, uma vez que ela é fruto deles.

² Por encruzilhada, concordamos com Bião (2009), que a caracteriza como lugares de encontros e desencontros [...], a casa da angústia existencialista da escolha do caminho a tomar ou da imobilidade [...]. Aí a rotina ordinária convive com os acontecimentos extraordinários [...]. Aí se cruzam pessoas de todo tipo, inclusive marginalizados que só aí têm lugar.

Aníbal Quijano (2000) vai chamar esse processo de colonialidade do poder, ou seja, a forma como o ocidente (países do norte do mundo) impôs relações de poder e dominação aos países do sul do mundo, buscando padronizar e universalizar os modos de vida. "A América constitui-se como o primeiro espaço/tempo de um padrão de poder de vocação mundial e, desse modo e por isso, como a primeira identidade da modernidade" (Quijano, 2005, p. 107).

A colonialidade, todavia, não se estabelece apenas nas relações de superioridade de uns sobre outros (colonialidade do "poder"), mas também na "cultura" (relacionada ao imaginário social), no "saber" (relacionada à produção hegemônica de conhecimento) e no "fazer" (relacionada ao cotidiano). Esses quatro elementos da colonialidade foram articulados por Villanueva (2017), a partir do pensamento de Aníbal Quijano, Walter Mignolo e Nelson Maldonado-Torres. Assim, na comunicação, a exclusão dos espaços de fala e a invisibilização de sujeitos e grupos sociais subalternizados são marcas da colonialidade.

Dessa forma, estabelecemos aqui uma tríade necessária para se pensar as práticas inovadoras e emancipatórias no jornalismo alternativo: 1) o conceito de jornalismo alternativo alinhado à comunicação popular; 2) a teoria crítica dos direitos humanos; 3) e por fim, o pensamento decolonial. Este último, direcionando nosso olhar para um outro prisma, que conecta conceitos, recria e reinventa novas possibilidades de ser e fazer comunicação.

Ao pensar nessas dimensões articuladas, podemos analisar as produções e circulações das iniciativas em jornalismo alternativo desde à prática até à episteme; compreendendo assim não apenas seus produtos e processos, mas as motivações e interesses sociais e coletivos que movem essas iniciativas. São percepções que apontam caminhos outros, distintos do jornalismo convencional. Todavia, não é algo necessariamente novo, mas que pode oferecer elementos inovadores a partir de uma compreensão mais ampla, aqui proposto por meio da articulação teórica entre jornalismo alternativo, direitos humanos e decolonialidade.

Investigar as iniciativas de jornalismo alternativos a partir desses conceitos isoladamente pode, certamente, oferecer importantes reflexões acerca de diversos fenômenos sociais, como já vem sendo feito profundamente desde a década de 1960 na América Latina. Todavia, investigar essas mesmas iniciativas desde a articulação conjunta desses conceitos promove uma percepção mais ampla e plural dos fenômenos, o que nos parece ser essencial para a análise e conformação de uma agenda comum, que ultrapasse os limites do pragmatismo teórico e se incorpore de fato como uma ferramenta de disputa da realidade, por meio das iniciativas de comunicação.

Referências

- Bolaño, C. & Brittos, V. (2007). *A Televisão Brasileira na Era Digital*. São Paulo: Paulus.
- Cabrera González, M. Á., & Bernal Triviño, A. I. (2011). Tabletas, smartphones, medios online, contenidos y consumos. In: *I Congreso Comunicación Y Educación. Estrategias De Alfabetización Mediática. Universidad Autónoma de Barcelona*.
- Cebrián Herreros, M. (2003). *Información Televisiva: mediaciones, contenidos, expresión y programación*. Madrid: Editorial Síntesis.
- Castilho, N. M. (2013). *Pensamento descolonial e teoria crítica dos direitos humanos na América Latina: um diálogo a partir da obra de Joaquín Herrera Flores*. Dissertação (mestrado) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de pós-graduação em Direito. URI: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/3003>;
- Cruz, G. S. (2017). As narrativas do poder: aproximações cambiantes entre jornalismo narrativo e decolonialidade. *RELACult – Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade*. DOI: <https://doi.org/10.23899/relacult.v3i3.505>
- Demo, P. (2000). *Metodologia do conhecimento científico*. São Paulo: Atlas. URI: https://ufrb.edu.br/educacaodocampocfp/images/DEMO_Pedro_Metodologia_cient%C3%ADfica_em_Si%C3%AAncias_Sociais.pdf
- Fernandes, R. R., & da Silva, S. R. (2019). Inovação: elementos para um olhar decolonial. In: PérezAldeguer, S., & Akombo, D. (Eds.), *Research, technology and best practices in Education*. (18-27). Eindhoven, NL: Adaya Press.
- Freire, P. (1987). *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Fling, B. (2009). *Mobile design and development: practical techniques of creating mobile sites and web apps*. EUA: O'Reilly.
- Gonçalves, J. M. A. (2009). *Narrativas Audiovisuais para Dispositivos Móveis: extensão e complementaridade*. Dissertação (Mestrado) em Comunicação Multimídia. Universidade de Aveiro. Oriens.: Pedro Almeida, Jorge Abreu e Fernando Rubio.
- Gándara Carballido, M. E. (2014). Repensando los derechos humanos desde las luchas. *Revista de Direitos Fundamentais e Democracia*, Curitiba, 15(15), 41-52. ISSN 1982-0496.
- Grubenmann, S. (2013). Innovation in Journalism: towards a holistic approach. http://www.researchgate.net/publication/235799323_Innovation_in_Journalism_Toward_a_Holistic_Approach. Acesso em 5 de outubro de 2013.
- Gynnild, A. (2014). Journalism innovation leads to innovation journalism: the impact of computational exploration on changing mindsets. *Journalism*. 15(6), 713-730.
- Herrera Flores, J. (2009). *A Reinvenção dos direitos humanos*. Florianópolis: Fundação Boiteux.
- Jenkins, H. (2008). *Cultura da convergência*. Trad.: Susana Alexandria. São Paulo: Aleph, 2008.
- Kaplún, M. (1985). *El comunicador popular*. Colección Intiyan, Ediciones CIESPAL, Quito, Equador.
- López, X. (2006). Apresentação. In: López, X. (org.). *Sistemas digitais de informação*. Madrid: Pearson Educación, p. vii-xv.
- Malerba, J. P. (2019). Catarse e contra-hegemonia: contribuições teóricas gramscianas para a Comunicação Comunitária. *Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Manaus, AM*. URI: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2013/resumos/R8-0670-1.pdf>
- Mignolo, W. (2017). Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. *Rev. bras. Ci. Soc.* 32(94). DOI: <https://doi.org/10.17666/329402/2017>.
- Nascimento, F. (2018). Estudos culturais e estudos descoloniais: diálogos e rupturas na construção de uma pesquisa de recepção. *Novos Olhares – 7(1)*. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2238-7714.no.2018.140941>

- Palacios, M., Barbosa, S., Firmino, F., & Cunha, R. (2015). Jornalismo móvel e inovações induzidas por affordances em narrativas para aplicativos em tablets e smartphones. In: Canavilhas, J.; Satuf, I. (Orgs.). *Jornalismo para Dispositivos móveis: produção, distribuição e consumo*. Covilhã: Livros Labcom, 7-42.
- Peruzzo, C. (2009). Aproximações entre a comunicação popular e comunitária e a imprensa alternativa no Brasil na era do ciberespaço. *Revista Galáxia*, 17. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, Brasil;
- Quijano, A. (2000). Colonialidad del poder y clasificación social. *Journal of World-System Research*. URL: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20140506032333/eje1-7.pdf>
- Quijano, A. (2005). Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: E. Lander (Org.), *A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais* (117-142). Buenos Aires, Argentina: Clacso
- Rogers, E. M. (1983). *Diffusion of innovations*. 3a.Ed. Nova Iorque: The Free Press.
- Rossetti, R. (2013). Categorias de inovação para os estudos em Comunicação. *Comunicação & Inovação*, 14(27). São Caetano do Sul: 63-72.
- Silva, J. S. Prefácio: A dimensão institucional do paradigma cultural. In: Edmerson dos Santos Reis (Ed) (2016). *O paradigma Cultural, Interfaces e conexões*. Juazeiro da Bahia, Brasil: Uneb. 13-26.
- Silva, J. de S. (2017). Agroecologia e a ética da inovação na agricultura. *REDES (Universidade de Santa Cruz do Sul)*, 22(2), 352-373. DOI: <https://doi.org/10.17058/redes.v22i2.9621>
- Torre, A. E. M. G. de la, & Pires, J. J. (2018). Epistemologias plurais: pensando as ciências da comunicação desde a América Latina. *Revista Famecos*, Porto Alegre, 25(3), 1-18. DOI: 10.15448/1980-3729.2018.3.30108
- Villanueva, E. T. (2017). La rehumanización, sentido último de la decolonización comunicacional. *Rev Aportes*, 23, 31-38. ISSN 2306-8671.

ABSTRACT:

This article proposes to articulate ideas and theoretical reflections that, even located in the field of human and social sciences, were still far from an intersection with the specific field of communication, in particular, alternative web journalism. In this sense, we align three concepts (alternative journalism, critical theory of human rights and decoloniality) with the objective of tracing an epistemological theoretical path capable of offering subsidies for thinking and researching innovative perspectives of production and circulation of alternative journalistic content. We thus present the connection points between these concepts, which are configured as elements of complementarity to reflect these practices in their plurality, from the historical, political and social aspects.

KEYWORDS: Alternative journalism; Human rights; Decolonialities; Innovation.

RESUMEN:

Este artículo se propone articular ideas y reflexiones teóricas que, aún ubicadas en el

campo de las ciencias humanas y sociales, aún estaban lejos de una intersección con el campo específico de la comunicación, en particular, el periodismo web alternativo. En este sentido, alineamos tres conceptos (periodismo alternativo, teoría crítica de los derechos humanos y decolonialidad) con el objetivo de trazar un camino teórico epistemológico capaz de ofrecer subsidios para pensar e investigar perspectivas innovadoras de producción y circulación de contenidos periodísticos alternativos. Presentamos así los puntos de conexión entre estos conceptos, que se configuran como elementos de complementariedad para reflejar estas prácticas en su pluralidad, desde lo histórico, lo político y lo social.

PALABRAS CLAVE: Periodismo alternativo; Derechos humanos; Decolonialidad; Innovación.